

Data: 22/09/2023

Matéria: Itaipu usa R\$ 1 bi da conta de luz para fazer política para o PT

Veículo: Folha de São Paulo

FOLHA DE S.PAULO

★ ★ ★

mercado

FOLHA DE S.PAULO ★ ★ ★

SEXTA-FEIRA, 22 DE SETEMBRO DE 2023

A17

Itaipu usa R\$ 1 bi da conta de luz para fazer política para PT

Fim da dívida bilionária para construir hidrelétrica deveria reduzir tarifa

Alexa Salomão e Catia Seabra

BRASÍLIA Causou desconforto no setor de energia a ampliação da área de influência da hidrelétrica de Itaipu no lado brasileiro. A região com direito a receber projetos socioambientais e de infraestrutura passou de 55 para 434 municípios, levando o gasto para quase R\$ 1 bilhão (US\$ 193,9 milhões). Especialistas questionam o uso político e geopolítico de Itaipu com o dinheiro da conta de luz.

A expansão da área e o orçamento robusto sustentam a criação do programa "Itaipu Mais que Energia" para atender todos os 399 municípios do Paraná e outros 35 de Mato Grosso do Sul. Originalmente, eram beneficiadas áreas próximas a bacias hidrográficas de rios na região. Agora, até cidades na praia.

O diretor-geral de Itaipu, Enio Verri, anunciou R\$ 600 milhões, em três anos, para a conclusão da Unila (Universidade Federal da Integração Latino-Americana), o que fecharia R\$ 1,2 bilhão em investimentos na região neste ano.

Pessoas próximas ao PT contam que Verri foi escolhido para fazer uma espécie de revisão na linha de trabalho da usina. Deve colocar Itaipu na cena política, em contraposição à gestão de Jorge Samek, que, de 2003 a 2017, blindou a binacional nessa seara.

O atual conselho de administração

tem cinco ministros, o que também é visto como uma forma de alinhar a gestão a diretrizes do governo federal. Além da cadeia cativa reservada ao ministro de Relações Exteriores — ocupada por Mauro Vieira —, estão Rui Costa (Casa Civil), Fernando Haddad (Fazenda), Esther Dweck (Gestão) e Alexandre Silveira (Minas e Energia).

Ex-deputado federal pelo PT, Verri tem apoio de Gleisi Hoffmann, presidente do partido, para ocupar o posto. O que se conta nos círculos políticos do Paraná é que ele estaria se preparando para disputar o Senado ou mesmo entrar numa chapa ao governo do estado na eleição de 2026.

Hoje, o PT está enfraquecido nos dois estados beneficiados pelo novo programa. No segundo turno das eleições, Lula teve 37,60% dos votos, ante 62,40% de Jair Bolsonaro (PL) no PR. Em MS, o atual presidente teve 40,51%. A liberação de recursos de uma gestão petista em Itaipu para toda a região gera aproximação, avaliam políticos locais.

O evento de lançamento do "Itaipu Mais que Energia" em Foz do Iguaçu (PR), em agosto, reuniu representantes de quase todos os municípios. Aos que pleiteiam os recursos de Itaipu, é explicado que se trata de uma espécie de doação, com "pouca burocracia". Um convênio com a Caixa ainda vai "facilitar acesso e aplicação" do investimento.

O que incomoda os especialistas da área de energia é que o dinheiro de Itaipu sai da conta de luz dos brasileiros.

Pelo tratado, Brasil e Paraguai dividem a energia meio a meio. Como os paraguaios não consomem toda a sua parte, vendem para o Brasil. Então, cerca de 85% do pagamento da tarifa sai do bolso dos brasileiros. Distribuidoras das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste são obrigadas a comprar essa energia.

A obrigatoriedade foi estabelecida para garantir a qui-

tação da bilionária dívida da construção da hidrelétrica. Essa dívida, porém, foi liquidada em março. Seguindo o tratado à risca, o valor correspondente a esse custo deveria ter sido extinto, aliviando a tarifa de energia — o que não foi feito integralmente.

Estudo realizado na gestão passada mostra que, com o fim da dívida, o custo de geração da energia de Itaipu deveria ter caído para algo entre US\$ 9 e US\$ 10 por kW (R\$ 43,63 a R\$ 48,50). A gestão de Bolsonaro fixou para este ano o valor de US\$ 12,67 (R\$ 61,42), sem negociar com os paraguaios. A atual gestão assumiu e fechou com o parceiro em US\$ 16,71 (R\$ 81).

"Encontraram uma maneira de driblar a redução da dívida contra o consumidor brasileiro, porque isso não deixa a tarifa cair como deveria", diz Edvaldo Santana, ex-diretor da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica).

A conta para projetos e obras já vinha crescendo. Os presidentes Michel Temer e Bolsonaro anunciaram obras com impactos na região, mas Lula garante recursos inéditos. Segundo levantamento da consultoria PSR, os gastos com os chamados programas de responsabilidade socioambiental de Itaipu foram de US\$ 88,5 milhões (R\$ 429 mi) em 2013 a US\$ 316,1 milhões (R\$ 1,5 bi) no ano passado.

Agora, estão em US\$ 505 milhões (R\$ 2,5 bi). Ou seja, o fa-

to de a conta de luz não cair na proporção do custo da dívida libera US\$ 250 milhões (R\$ 1,2 bi) para cada país bancar projetos de seu interesse.

"É um absurdo e ruim para a sociedade que, finda a dívida, o consumidor do Brasil ainda seja obrigado a subsidiar obras. Qual o sentido de o dono de um freezer, num bar, no Rio, bancar na sua conta de luz uma estrada no Paraguai, no Paraná ou em Mato Grosso do Sul?", pergunta Rodrigo Ferreira, presidente da Abraceel (Associação dos Comercializadores de Energia). "Isso só está ocorrendo porque não há concorrência no setor para todo o mundo, porque, se houvesse, o governo seria obrigado a oferecer a energia de Itaipu ao menor custo, e não mantê-la entre as mais caras do Brasil", afirma.

As gestões de Lula têm histórico de concessões ao Paraguai com Itaipu. A leitura é que, dado o empenho do presidente em colocar o Brasil na liderança da região, o governo reforça o antigo argumento de que são os paraguaios que impedem uma redução mais acentuada na tarifa de Itaipu.

Para Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil, há dois problemas.

"Primeiro, uma conspiração não escrita entre Brasil e Paraguai para inflar uma despesa, usando a tarifa de energia e sabendo que isso é pago pelo consumidor brasileiro. O outro é a má alocação do dinheiro, que favorece todo o Paraguai e, no Brasil, só Paraná e parte de Mato Grosso do Sul."

O orçamento anual de Itaipu precisa ser inteiramente liquidado, pois não pode haver sobra de um ano para o outro.

Quem questiona a iniciativa avalia que o convênio com a Caixa, nesse aspecto, é um instrumento para garantir o repasse e a baixa contábil do bolo de recursos, ainda que os

projetos venham picados das prefeituras. Segundo a Folha apurou, ainda é um quebracabeça qual será o canal de repasse para a universidade.

Usina afirma cumprir diretrizes binacionais

OUTRO LADO Em nota, a hidrelétrica diz que "a missão de Itaipu, conforme consta no plano estratégico aprovado pelo conselho de administração, é gerar energia elétrica de qualidade, com responsabilidade social e ambiental, contribuindo para o desenvolvimento sustentável no Brasil e no Paraguai", e que todos os esforços se guiam por essa premissa.

Ainda segundo a nota, "essa missão foi referendada em 2005, através de Notas Reversais entre os Ministérios de Relações Exteriores dos dois países, que determinaram a inserção permanente das iniciativas da Itaipu Binacional no campo da responsabilidade social e ambiental na atividade de geração de energia, em consonância com missão, políticas e diretrizes fixadas pelo conselho de administração".

O texto destaca que todas as ações da gestão da usina são "estritamente pautadas" por um arcabouço legal que regula os procedimentos internos. Diz ainda que o uso dos recursos de Itaipu segue "diretrizes estabelecidas entre Brasil e Paraguai".

Em relação ao que qualifica como "especulações políticas", destaca que o foco da empresa é uma "postura neutra e alinhada com o plano do governo federal e os interesses da comunidade".

Reforça ainda que o diretor-geral, Enio Verri, não tem pretensões políticas.

“É um absurdo e ruim para a sociedade como um todo que, finda a dívida, o consumidor do Brasil ainda seja obrigado a subsidiar obras. Qual o sentido de o dono de um freezer, num bar, no Rio, bancar na sua conta de luz uma estrada no Paraguai, no Paraná ou em Mato Grosso do Sul?”

Rodrigo Ferreira, presidente da Abraceel (Associação dos Comercializadores de Energia)